



TEORIAS E PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO MODERNO EM BRASÍLIA: o caso do restauro do Palácio do Planalto

Eixo Temático 4. Teorias e práticas de intervenção no moderno

Alba Nélida de Mendonça Bispo

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais - NPGAU/UFMG
bispo.alba@gmail.com

Resumo

Este artigo destaca a relação entre os valores atribuídos nos processos de tombamento do patrimônio moderno e as práticas de conservação acordadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em Brasília, especialmente através do caso do restauro do Palácio do Planalto, realizado entre 2008 e 2011. Ao contrapor aspectos teóricos e práticos nas intervenções no patrimônio moderno, a pesquisa investiga em que medida as ações de conservação e restauração adotadas nos exemplares modernos de Brasília consideram os valores atribuídos pelo tombamento, entendendo a obra como objeto histórico e artístico.

Palavras-chave: Intervenção, Restauração, Brasília, Niemeyer, Palácio.

Abstract:

This article highlights the relation between the values attributed in the processes of protection of modern heritage and the conservation practices agreed by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) in Brasilia, especially through the case of the restoration of the Planalto Palace, carried out between 2008 and 2011. In contrasting theoretical and practical aspects of interventions in modern heritage, the research investigates the extent to which the conservation and restoration actions adopted in the modern examples of Brasília consider the values attributed by the tipping, understanding the work as a historical and artistic object.

Keywords: *Intervention, Restoration, Brasilia, Niemeyer, Palace.*

13º Seminário

do_c_o_m_o_m_o_
brasil

Salvador – BA

7 a 10 de outubro de 2019



TEORIAS E PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO MODERNO EM BRASÍLIA: o caso do restauro do Palácio do Planalto

Introdução

O Palácio do Planalto integra o Conjunto Urbanístico de Brasília, acatelado por seu *valor histórico* e legalmente protegido em três instâncias: pela UNESCO, integrando a Lista do Patrimônio Mundial, sob a Inscrição nº.445 desde 1987; pelo Governo do Distrito Federal - GDF, através do Decreto nº.10.829 de 1987 que efetiva o tombamento distrital; pelo IPHAN, através do Processo nº 1305-T-90 que promove o tombamento federal, atualmente regulamentado pela Portaria nº 314/1992 e pela Portaria nº 166/2016 do IPHAN. Além disso, os palácios de Brasília integram a lista de edificações representativas de obras de autoria de Niemeyer que estão protegidas pelo Processo de Tombamento nº.1550-T-07 empreendido pelo IPHAN em 2007, no ano do centenário do arquiteto, para homenagear e reconhecer o seu legado através da proteção patrimonial de uma lista de obras destacadas por seu *valor artístico*.

As discussões e reflexões deste artigo se referem ao caso do restauro do Palácio do Planalto em particular, mas procuram desenvolver um estudo analítico sobre este bem enquanto exemplar da tipologia palaciana concebida por Oscar Niemeyer em Brasília. Além das motivações do tombamento-homenagem, focado no tributo a figura de Niemeyer em si, destacam-se as principais características artísticas e históricas do Palácio do Planalto, sobretudo a partir da trajetória conceitual e construtiva do bem tombado. Partindo do exame da documentação histórica, contrapomos à abordagem do inventário ao processo de intervenção no bem, analisando aspectos teóricos e práticos, diante dos desafios de preservação do patrimônio moderno em Brasília.

Em relação ao recorte espacial, o Palácio do Planalto foi escolhido como estudo de caso por ilustrar as principais dificuldades de manutenção, conservação e restauração do patrimônio moderno em Brasília. Embora os problemas de preservação sejam recorrentes e semelhantes em todos os palácios projetados por Niemeyer, a documentação sobre este exemplar é composta por um conjunto de fontes documentais diversificadas e relativamente detalhadas em relação aos outros palácios, com destaque para as informações reunidas no Processo nº. 01551.000527/2008-26 referente à “Restauração do Palácio do Planalto” constante no Arquivo do IPHAN/DF, no “Inventário Arquitetônico do Palácio do Planalto: levantamento fotográfico e registro de revestimentos” finalizado pelo IPHAN em 2010, na tese de doutorado “Os palácios originais de Brasília” defendida por Élcio Silva em 2012 e na dissertação de mestrado “Arquitetura moderna: um estudo sobre patrimônio e preservação” desenvolvida por Carolina Pádua em 2013.

Em relação ao recorte temporal, o trabalho examina as principais etapas da trajetória histórica do bem, cronologicamente: a fase de concepção do projeto e construção (1956-1960); a abordagem do Inventário do Palácio do Planalto, destacando as intervenções no edifício ao longo do tempo (1960-2008); a abordagem do processo de restauração e a situação após a intervenção (2008-2011).



Trajetória conceptiva e construtiva (1956-1960)

Os palácios projetados por Niemeyer apresentam uma tipologia palaciana singular quanto à unidade formal e estética estabelecida entre as edificações, pois o partido arquitetônico de cada obra apresenta-se sob uma mesma lógica projetual e construtiva, compatível com o repertório de soluções desenvolvidas para os monumentos em Brasília, cuja solução plástica adotada para cada objeto em particular foi sendo encontrada a partir de estudos simultâneos e sucessivos, conforme indicam os primeiros esboços e projetos examinados por SILVA (2012). Nesse ínterim, examinamos o Palácio do Planalto considerando sua trajetória conceptiva e construtiva junto aos valores atribuídos à obra tombada, compreendida como testemunho artístico e histórico.

Os registros dos primeiros estudos para a sede do Poder Executivo foram desenvolvidos para um conjunto urbanístico, composto por Hotel de Turismo, Igreja, Residência Oficial e Palácio Presidencial, localizado às margens do lago artificial que iria ser criado. Entre a primeira e a segunda versão do primeiro projeto (Figura 1) observam-se alterações para uma proporção retangular, redução de recortes volumétricos e modificações nos acabamentos, buscando maior pureza. A rampa em formato de ferradura já aparece como elemento de ligação entre pavimentos. O volume do Palácio já se encontra claramente destacado, sendo o anexo semienterrado e subordinado ao edifício principal. Na fachada apenas a tribuna e a rampa solene são elementos destacados do volume prismático do Palácio. Cabe ressaltar a presença de um espelho d'água e da escultura de duas figuras humanas, à frente do Palácio.

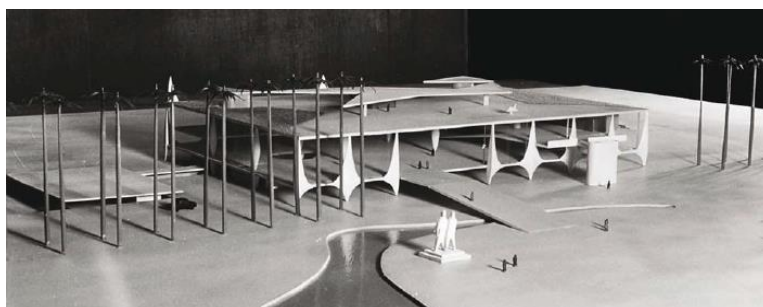


Figura 1: Maquete do primeiro projeto (2ª versão) em busca de maior pureza volumétrica, com supressão do cobogó na fachada oeste e retirada do volume em casca do auditório, propostos na 1ª versão.

Fonte: ArPDF (1956) In: SILVA, 2012, p.174.

No primeiro projeto, já é notável a preocupação em destacar a *amplitude* dos espaços onde os vazios dos salões funcionam como elementos estruturadores da distribuição interna dos ambientes. O predomínio de ambientes abertos e integrados, inclusive com emprego de jardins no último pavimento, destaca a relação de visibilidade entre interior e exterior do edifício, sobretudo ao adotar vedações translúcidas de modo que a *transparência* é uma das características evidenciadas – numa referência simbólica de como deveria ser o governo.

Quanto à composição pode-se dizer que as primeiras propostas para o Palácio Presidencial sintetizam a tipologia palaciana desenvolvida por Niemeyer para Brasília, baseada em premissas da arquitetura moderna e em fundamentos da linguagem clássica. A modulação estrutural define o arranjo da composição, internamente e externamente, determinando a distribuição dos espaços internos e a disposição dos demais elementos arquitetônicos. Enquanto soluções próprias da tipologia palaciana desenvolvida por Niemeyer em Brasília, destacam-se “o embasamento recuado sob dois planos horizontais, que privilegia a leitura de edifício elevado do solo e que ressalta o nível do piso de acesso principal marcado pela rampa



solene; e a caixa de vidro de altura múltipla, contida entre os planos horizontais, que encerra os principais espaços do programa”. (COMAS; ALMEIDA, 2010) Em 1958, Niemeyer explica como as obras de Brasília marcaram uma nova etapa na sua trajetória profissional:

Etapa que se caracteriza por uma procura constante de concisão e pureza [...] normas que buscam a simplificação da forma plástica e o seu equilíbrio com os problemas funcionais e construtivos. Neste sentido, passaram a me interessar as soluções compactas, simples e geométricas; os problemas de hierarquia e de caráter arquitetônico; as conveniências de unidade e harmonia entre os edifícios e, ainda, que estes não mais se expressem por seus elementos secundários, mas pela própria estrutura, devidamente integrada na concepção plástica original. Dentro do mesmo objetivo, passei a evitar as soluções recortadas ou compostas de muitos elementos, difíceis de se conterem numa forma pura e definida. (Niemeyer In: Processo de Tombamento nº.1550-T-07, 2007, p.41)

Em 1958, em função da disposição dos poderes executivo, legislativo e judiciário em torno da Praça dos Três Poderes, proposta por Lucio Costa no Plano Piloto, o Palácio do Planalto¹ foi objeto de novo projeto. A segunda versão do segundo projeto (Figura 2) confirmou a implantação escolhida, apresentando o edifício-sede em quatro pavimentos e um anexo de serviços, mais discreto e dissimulado no terraço. Uma das principais modificações é a supressão da marquise do terraço-jardim de modo que a solução torna-se menos recortada e mais geométrica, permitindo uma leitura mais clara da pureza e simplicidade do volume prismático do Palácio. A referência ao terraço-jardim permanece com a adoção de aberturas longitudinais na cobertura, com função estrutural, que permitiam iluminação e ventilação natural.

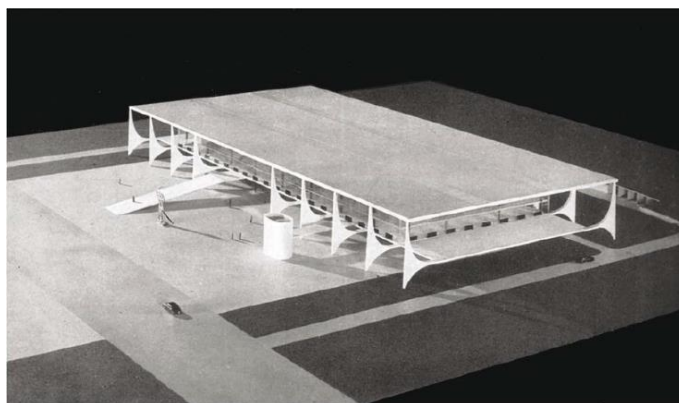


Figura 2: Maquete do segundo projeto (2ª versão): notar supressão da marquise do terraço-jardim mas manutenção dos jardins no 4º pavimento com aberturas longitudinais na cobertura.

Fonte: Revista Módulo, nº10, ago. 1958. In: SILVA, 2012, p.292.

No repertório de soluções adotadas ressalta-se a interdependência entre forma arquitetônica e forma estrutural. A preocupação com os aspectos geométricos e a solução dos perfis escultóricos das estruturas está condicionada às múltiplas possibilidades de percepção, sobretudo visual e espacial, a serem experimentadas pelos visitantes.

¹ Em função das publicações e das contratações de obras e serviços, ainda em 1958, o imóvel passou a ser identificado como Palácio do Planalto - nome oficial atribuído pelo presidente Juscelino Kubitschek como designação que lembra a origem geográfica da sua localização. (KUBITSCHEK, 1975, p.93)



Daí certas soluções adotadas para as estruturas, estruturas que se modificam plasticamente em função de diferentes pontos de vista, para assumir aspectos diversos, mais ricos e variados. Essa previsão imaginativa sugeriu, nos trabalhos de Brasília, várias soluções, como, por exemplo, afastar as colunas externas do corpo principal dos edifícios [como no Palácio do Planalto] visando permitir que os visitantes delas se aproximem, que as possam contornar, sentido sua verdadeira escala e o espaço que as cerca - que as separa do edifício propriamente dito – em toda a sua variedade de formas. (NIEMEYER, 1959)

Em abril de 1958, alguns meses antes do início das obras do Palácio do Planalto, a Revista Brasília² destaca os usos do edifício-sede do executivo:

No pavimento térreo estão os serviços de recepção, portaria, etc.; no primeiro pavimento, os salões nobres, as salas de audiência, salões de banquete, etc.; no segundo pavimento, se acham os gabinetes da Presidência; e, no último, as Casas Civil e Militar. (Revista Brasília, n. 16, abr. 1958, p. 17)

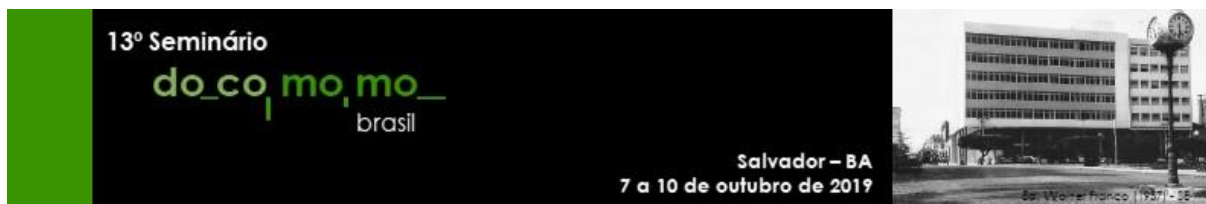
Os projetos de arquitetura e de estruturas continuaram a ser desenvolvidos simultaneamente às obras, de modo que na cronologia construtiva do Palácio do Planalto foram realizadas algumas alterações no projeto ainda no decorrer da execução da construção, sendo que as mais importantes foram no pergolado da cobertura e nas colunas. A estrutura estava condicionada pela arquitetura e vice-versa, de modo que a malha do plano de cobertura funcionava ora como elemento estrutural, ora como pergolado para os jardins do último pavimento. Já as colunas sofreram alterações na geometria, em elevação e em planta, atingindo sua forma final somente durante as obras do Palácio, após a execução de um protótipo em madeira.

Na trajetória de concepção e construção do Palácio do Planalto é possível observar a influência dos condicionantes históricos e estéticos do ideário moderno na prática projetual de Niemeyer, especialmente na relação entre aspectos plásticos e estruturais, as técnicas e materiais construtivos empregados em revestimentos, vedações e elementos de composição, as relações existentes entre arquitetura, urbanismo, paisagismo e obras de arte integradas. Ressaltam-se características essenciais, presentes desde os primeiros estudos, tais como: amplitude e transparência espacial, leveza, pureza, visibilidade entre interior e exterior da obra, simplicidade geométrica, emprego de soluções compactas, setorização de usos, hierarquia entre elementos, padronização de tipos de revestimentos e vedações, distribuição espacial definida a partir da modulação estrutural, proporção, simetria e equilíbrio através de relações matemáticas, da geometrização das formas, da linearidade da superfície e da organização geométrica das partes individualmente e entre si, composição baseada em premissas da arquitetura moderna e em fundamentos da linguagem clássica, busca por unidade formal e estética com outros palácios de Brasília.

Trajetória de intervenções e análise documental: reforma ou restauração?

A abordagem do objeto desde a fase de concepção e construção apresenta dados relevantes sobre as características e elementos essenciais da edificação enquanto obra de arte e objeto

² Conforme elucidada PADUA (2013), "como forma de defender a construção da nova capital, o governo começou a publicar, a partir de janeiro de 1957, a Revista Brasília, que tinha como objetivo principal informar sobre o andamento das obras, contratos realizados e atos administrativos".



histórico, entretanto, alguns aspectos projetuais e construtivos não são considerados como testemunhos da trajetória do edifício. De fato, a documentação do Processo de Tombamento nº.1550-T-07 não apresenta informações detalhadas sobre aspectos históricos, estéticos, formais e técnicos de cada edificação em particular, uma vez que somente as informações básicas de cada obra foram reunidas em *Fichas-Índice* para instrução do tombamento dos bens listados.

No caso das obras de autoria de Niemeyer, tombadas individualmente em 2007, os inventários funcionariam como complementação e detalhamento dos dados sobre cada bem elencado no Processo de Tombamento nº.1550-T-07, de modo que o IPHAN vem sistematicamente elaborando inventários de conhecimento que, na prática, funcionam como instrumentos de documentação e de gestão. No caso do Palácio do Planalto, entretanto, o Inventário foi desenvolvido simultaneamente à obra de reforma e restauração que visava “atender às demandas cotidianas do bem e reverter o grau de improvisos e precariedade de tantas intervenções isoladas³ ao longo de sua existência” (Inventário, 2010, p.25).

Abordagem do Inventário e principais intervenções (1960-2008)

A abordagem do Inventário, realizado paralelamente à obra iniciada em 2008 e finalizada em 2011, destaca alguns princípios norteadores e os elementos do projeto original⁴ que o configuram como obra moderna, entretanto, quanto às modificações ocorridas após a inauguração do Palácio em 1960 e antes da referida obra, o Inventário aponta apenas a construção do espelho d’água em 1991. A construção do espelho d’água, em polígono retilíneo, não remete àquele da primeira proposta do Palácio Presidencial, pois funciona como uma barreira física, em resposta a uma demanda de segurança e não para integrar o Palácio ao conjunto urbano da Praça.

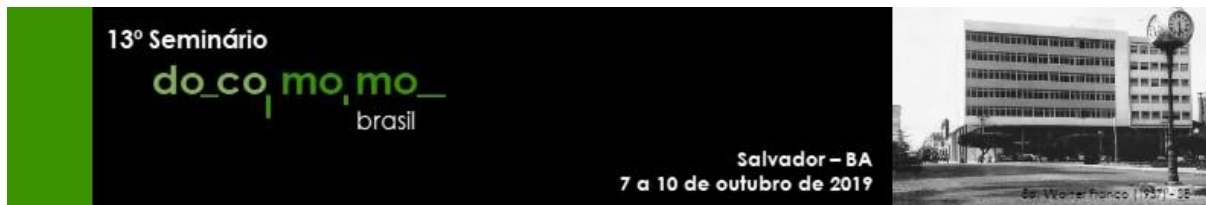
O Inventário não descreve as intervenções pontuais que ocorreram ao longo do tempo no Palácio, embora nas plantas de Levantamento Arquitetônico listadas na Ficha-Síntese do Processo de Tombamento nº.1550-T-07 estejam documentadas algumas alterações: modificação de projeto do 3º pavimento, em prancha de desenho à mão, datada de 1962; projeto do 4º pavimento, em prancha de desenho à mão, datada de 1970; situação geral, em prancha de agosto de 1977 que apresenta a ligação com os edifícios anexos; conjunto de pranchas de arquitetura contendo planta baixa do subsolo, térreo, 2º pavimento, 3º pavimento e 4º pavimento, datado de 29/05/2006, no qual já se destaca o salão oval⁵. Através de comparação entre imagens da época da inauguração e fotos mais atuais é possível observar algumas destas intervenções pontuais.

Ainda na década de 1960, as colunas do Hall Nobre (Figuras 3 e 4) receberam revestimento em chapas de alumínio fosco em substituição à pintura branca e depois “o material metálico

³ As modificações, em geral, provocaram uma compartimentação excessiva dos ambientes internos do Palácio em função de demandas de uso, como alterações no layout com adição de novas salas, gabinetes, copas e banheiros, bem como adaptações nas instalações hidráulicas, elétricas, de telefonia, lógica, sistemas de segurança, etc.

⁴ O Inventário do Palácio do Planalto considera como projeto original as pranchas do projeto de arquitetura de Oscar Niemeyer constante no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), com datas entre 1958 e 1960, e reproduzidas por meio de fotografias do Levantamento Arquitetônico constante na Ficha-Síntese do Processo de Tombamento nº.1550-T-07 realizado pelo IPHAN.

⁵ Segundo o Processo nº. 01551.000527/2008-26 referente à “Restauração do Palácio do Planalto” constante no Arquivo do IPHAN/DF, a inserção do salão oval ocorreu na década de 1990, entretanto, não é possível afirmar se esta intervenção ocorreu antes ou depois do tombamento federal, cujo processo teve início em 1990.



recebeu pintura automotiva na cor cinza e o acabamento original não foi reconstituído desde então”, conforme aponta SILVA (2012, p.539). A rampa que liga o segundo pavimento ao terceiro pavimento não apresentava corrimão e era revestida em carpete verde escuro, conforme descrição de BRUAND (2003, p.194).

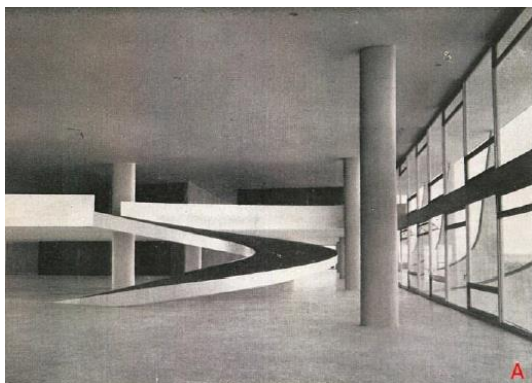


Figura 3: Rampa com carpete verde escuro e sem corrimão; colunas com pintura branca.
Fonte: Revista Acrópole, Edição Especial de Brasília, 1960. In: PADUA, 2013, p.212.



Figura 4: Rampa com carpete claro e com corrimão; revestimento das colunas em chapas de alumínio.
Fonte: Arquivo do IPHAN/DF (2008) In: PADUA, 2013, p.212.

O subsolo foi sendo fragmentado para abrigar salas de funcionários e serviços de apoio não previstos no projeto original, gerando a construção de anexos, projetados entre 1975 e 1977, mas não contínuos ao volume do edifício-sede. Já em 1979 foi instalado um sistema central de ar condicionado (Figuras 5 e 6) e o forro foi rebaixado em alguns ambientes “sendo possível visualizar o duto de ar condicionado central do terceiro pavimento na fachada frontal do Palácio” e para gerar um espaço para os equipamentos no interior do edifício “as paredes espelhadas dos halls de recepção do segundo e terceiro pavimentos foram duplicadas”, segundo esclarece PADUA (2013, p.212).



Figura 5: Dutos de ar condicionado na fachada.
Foto: Leonardo Horta. Fonte: Inventário, 2010, p.92.

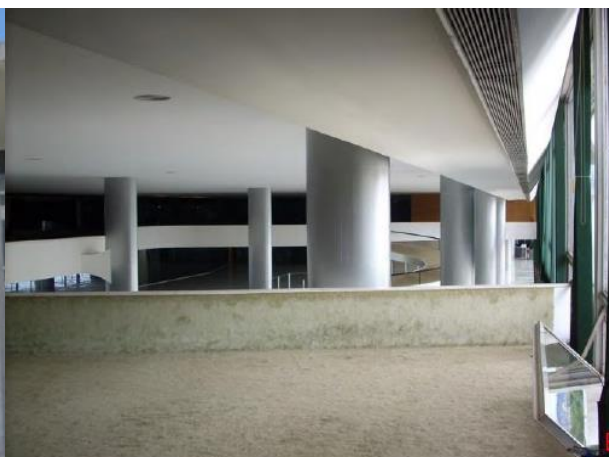


Figura 6: Duto de ar condicionado no Mezanino.
Fonte: IPHAN/DF (2008) In: PADUA, 2013, p.218.

Na trajetória do edifício o quarto pavimento foi o que sofreu maiores alterações, sobretudo em função de constantes acréscimos no número de funcionários. Em 1982 integram-se painéis de azulejos em verde e azul, concebidos por Athos Bulcão especialmente para os jardins internos deste pavimento.



No quarto pavimento, os extensos jardins longitudinais foram compartimentados, recebendo, cada um, três caixas para implantação dos equipamentos. As caixas inseridas nos jardins internos receberam tratamento com painel de azulejos do artista plástico Athos Bulcão, que passou a ser referência do quarto pavimento do palácio. (PADUA, 2013, p.212)

PADUA (2013, p.213) aponta que durante o governo Collor (1990-1992) “o original Salão Leste foi dividido em duas partes”: o Salão Oval, ambiente fechado e restrito às reuniões interministeriais, cujo projeto é de autoria de Oscar Niemeyer, e o Salão de coletivas para receber a imprensa (Figura 7). Outras intervenções ocorreram em função da ampliação de espaços destinados à imprensa no térreo: “para os profissionais de imprensa não circularem pelo hall de recepção, foram realizados rasgos⁶ na parede entre o hall e as salas, como forma de facilitar à imprensa a visualização da movimentação de acesso ao palácio” (PADUA, 2013, p.214-215).



Figura 7: Salão Oval (à direita) e Salão de coletivas para a imprensa (à esquerda), inseridos na década de 1990 no 2º pavimento, onde originalmente havia o Salão Leste.

Fonte: IPHAN/DF (2008) In: PADUA, 2013, p.213.

Embora apresente um levantamento de dados sobre o bem, a abordagem do Inventário não oferece uma espécie de radiografia detalhada da obra. Na prática, o Inventário funciona como instrumento de documentação, mas não oferece subsídios de gestão ou aponta diretrizes de conservação e restauração, pois não apresenta informações detalhadas sobre a trajetória histórica do edifício e não avalia o estado de preservação quanto à integridade, originalidade e autenticidade do bem diante das diversas intervenções sofridas ao longo do tempo.

O Inventário, desenvolvido simultaneamente à obra, apresenta um exame sumário (Figura 8) das intervenções, sobretudo quanto às questões técnicas e teóricas que são registradas no Processo nº.01551.000527/2008-26 referente à “Restauração do Palácio do Planalto”, cuja obra incluiu intervenções arquitetônicas na configuração espacial interna e externa do imóvel, nos bens integrados, nos agenciamentos e jardins internos e externos, nas instalações elétricas, hidráulicas e de segurança.

⁶ Não foi possível determinar em qual momento ocorreu essa importância demasiada à imprensa, que passou a ocupar espaços nobres dentro do corpo principal do Palácio do Planalto, mas é possível que tenha sido nos governos pós-ditadura, como forma de negar o passado repressivo”. (PADUA, 2013, p.215)

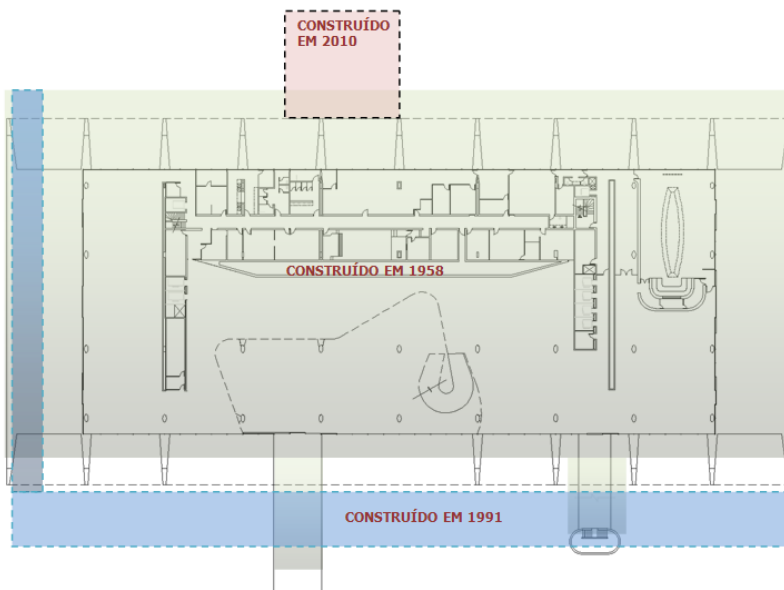


Figura 8: Exame sumário das intervenções entre 1960 e 2010 conforme abordagem do Inventário: “Edificação construída em 1958, Espelho d’Água em 1991 e Caixa de Escada e Elevadores em 2010”.
Fonte: Inventário, 2010, p.54.

Abordagem do processo de restauração do Palácio do Planalto (2008-2011)

Ao confrontar aspectos éticos, teóricos e práticos, o exame do projeto e da obra de intervenção suscita questionamentos, sobretudo considerando os posicionamentos técnicos registrados na documentação sobre as intervenções. Algumas posturas projetuais adotadas na obra reforçam tais questionamentos, como a alteração do painel de azulejos concebido por Athos Bulcão e a reformulação espacial do quarto pavimento que desde o primeiro esboço do projeto já abrigava um terraço-jardim com pergolados. Além disso, cabe examinar criticamente o acréscimo da torre de circulação externa, a manutenção do Salão Oval, a substituição de revestimentos e a inserção de novas paredes em alvenaria.

Em 16/09/2008, a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República (SA/PR) encaminha o Projeto de Restauo do Palácio do Planalto, desenvolvido pelo Escritório de Oscar Niemeyer, para análise do IPHAN. Em atenção ao projeto, o Parecer 39/2008 do IPHAN/DF questiona a proposta de restauração, explicitando que:

Em relação à apresentação do projeto, este não fornece informações necessárias para identificar, com exatidão, todos os serviços a serem executados, assim como as áreas e materiais a serem conservados e/ou substituídos. Não foram fornecidos cronologia construtiva da edificação, levantamento do estado de conservação, memorial descritivo, caderno de encargos, quadro de áreas e detalhamentos que explicitem a técnica de restauração aplicada, itens essenciais para uma análise consistente de um projeto de restauração.

Entende-se que o projeto proposto foi norteado pela necessidade de revisão das demandas atuais das atividades administrativas do Palácio, que levou a uma modificação da configuração dos espaços com intervenções significativas externa e internamente.



A análise técnica do IPHAN se posiciona claramente sobre a preponderância dos valores do bem tombado em relação às demandas de reforma do Palácio, ainda que as modificações tenham sido propostas pelo próprio autor da obra, e aponta uma série de recomendações enfatizando a especificidade de um projeto de restauro. Entretanto, em resposta ao Parecer 39/2008, o Ofício nº 11/2008 de 19/01/2009 da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República encaminha ao IPHAN uma carta⁷ “contendo o posicionamento do arquiteto Oscar Niemeyer, autor do Projeto original do Palácio do Planalto, bem como de sua atual proposta de restauração”, da qual subscrevemos:

O trabalho que elaboramos para a restauração do Palácio do Planalto foi conformado à sua arquitetura original. (...) Os vidros serão substituídos de acordo com normas vigentes. Serão como os originais, transparentes e incolores. (...) A torre que criamos na fachada posterior não apresenta nenhum prejuízo arquitetônico e decorre de imposições técnicas e de segurança do usuário. Para os azulejos do artista Athos Bulcão, aplicados nos jardins do quarto pavimento, previmos parede específica no saguão projetado nesse mesmo piso. (Grifos nossos)

Já em 18/02/2009, o Superintendente do IPHAN/DF oficia a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República confirmando a retirada dos azulejos e relocação do painel. A mudança de posicionamento é justificada pela possibilidade de garantir maior visibilidade⁸ e acesso franqueado a maior número de apreciadores a partir da nova localização do painel, no saguão de recepção rente à fachada sul, em frente às colunas dos elevadores, no quarto pavimento do Palácio. Tal justificativa é incoerente com as determinações da Carta de Veneza e da Carta de Restauro que defendem a manutenção das obras de arte em seu local original, sendo sua remoção admitida somente em casos excepcionais, em função da sua salvaguarda.

Na leitura do processo de restauração fica evidente que houve sujeição do IPHAN diante das justificativas do escritório do arquiteto, contratado por sua notoriedade⁹ enquanto autor do projeto original e da proposta de intervenção. Entretanto, embora o projeto de intervenção tenha sido assinado por Niemeyer, o tombamento enquanto instrumento de proteção da obra arquitetônica se sobrepõe aos interesses do autor, usuário ou proprietário.

Prevalecem os critérios e determinações dos órgãos de preservação no confronto, político, com o arquiteto autor do projeto, a despeito de sua celebridade, poder e influência. A obra moderna protegida passa a fazer parte da herança coletiva de uma comunidade, sobrepondo-se os interesses desta, no momento de sua desfiguração ou destruição, àqueles do arquiteto/autor ou do proprietário; não é diferente de uma obra protegida de qualquer outro

⁷ Trata-se de um fax do escritório Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., com assinatura de Oscar Niemeyer, datado de 15/01/2009.

⁸ A justificativa de garantia de maior visibilidade do painel é controversa, pois na visita guiada do Palácio do Planalto os visitantes não acessam o 4º pavimento que é de acesso exclusivo aos funcionários do órgão. Sobre a questão da visibilidade e acessibilidade às obras de Athos Bulcão convém consultar a dissertação de mestrado de OLIVEIRA (2012).

⁹ Os trabalhos de elaboração de projeto arquitetônico de restauro do Palácio do Planalto foram realizados através da contratação da empresa Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda. Tal contratação se deu sem ser necessário o processo de licitação, devido à notoriedade do arquiteto responsável pelo projeto e a inexistência de lesão ao erário (Decisão nº.696/96 – Plenário In: Inventário, 2010, p.57)



período. A integridade desse bem não tem mais, legalmente, o autor por supremo e único juiz. (COMAS; SANTOS; ZEIN, 2008)

Já para a elaboração dos projetos complementares foram realizados processos licitatórios de modo que as intervenções nas instalações do Palácio do Planalto foi repartida entre diferentes empresas contratadas¹⁰. A obra não foi executada por empresa especializada em restauro, contrariando os preceitos da Carta de Restauro de 1972 pois deveria “ser confiada a empresas especializadas e, quando possível, executada sob orçamento e não sob empreitada”.

Em 02/07/2009, o Ministério Público Federal - MPF instaura Inquérito Civil Público a fim de apurar eventual ofensa do projeto de reforma do Palácio do Planalto ao tombamento. Na Informação Técnica 252/2009 de 19/10/2009 o MPF considera que a obra desenvolvida no Palácio do Planalto não possui características de restauro e ressalta uma série de inconsistências no processo de intervenção, entre as quais se destacam: a reforma iniciou sem o aval do IPHAN, uma vez que o projeto não foi aprovado conforme as justificativas do Parecer 39/2008; as alterações internas no Palácio do Planalto vêm ocorrendo já há algum tempo sem que haja consulta ao IPHAN, de modo que o edifício sofreu inúmeras intervenções sem a ciência e a devida autorização do IPHAN; ausência de profissional de restauro na equipe técnica responsável pela obra; inobservância do interesse coletivo, tendo em vista que bens tombados não podem ser reconstruídos ou reformados, ainda que segundo as intenções de seu autor, se a intervenção implicar descaracterização do edifício.

Em atenção às intervenções consideradas polêmicas, a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República encaminha o Ofício 249/2009 da Fundação Athos Bulcão concordando com a recolocação dos azulejos e uma Carta da empresa Arquitetura Urbanismo Oscar Niemeyer, de 19/11/2009, assinada pelo arquiteto Fernando Andrade em que defende:

Os jardins do 4º pavimento foram criados como alternativa para ocupação máxima do andar, pleno de salas de trabalho. (...) A torre projetada para a fachada norte do Palácio visa primeiramente a segurança de sua população. É rota de fuga atualizada às exigências da Proteção Civil. Assunto que tratamos com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Destina-se, ainda, às copas centrais dos pavimentos, servidas por monta-cargas, fora da área dos gabinetes.

À luz do valor histórico e artístico do objeto tombado, a supressão dos jardins internos e a retirada do pergolado ferem a lógica compositiva e a trajetória histórica do edifício tendo em vista que o jardim e o pergolado são elementos compositivos da edificação que já faziam parte do partido arquitetônico do Palácio do Planalto desde os primeiros estudos de concepção do projeto. Nos primeiros esboços, em referência ao princípio moderno do teto-jardim, os jardins eram elementos de destaque do último pavimento, sendo esta solução adotada também no Palácio das Cascatas e do Itamaraty. Ressalta-se a importância da ventilação e iluminação natural através da manutenção das pérgolas e do jardim interno como elementos compositivos do Palácio, independente do jardim ser ou não de autoria do paisagista Burle Marx.

¹⁰ Incluindo “(...) as empresas 2AB ENGENHARIA & PROJETOS LTDA (climatização), CINNANTI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA (Instalações elétricas, sistemas de dados, voz e imagem), FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (instalações hidrossanitárias) e CINNANTI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA (Projeto de supervisão, automação e controle predial).” vide: A RESTAURAÇÃO do Palácio do Planalto, Presidência da República. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/restauracao>> destacado em PADUA, 2013, p.222.



Quanto aos painéis de azulejos de autoria de Athos Bulcão enquanto obra integrada ao Palácio, ao final do procedimento de relocação do painel não foi possível retirar os azulejos originais sem danificá-los de modo que as peças foram substituídas integralmente por réplicas de mesmo padrão. Numa leitura leiga ou desavisada não é possível perceber diferenças entre o painel original¹¹ e sua cópia, pois não há distinção entre o painel autêntico com o novo painel composto de réplica¹² das peças, exceto pelas dimensões e localização. As peças da réplica têm o mesmo desenho geométrico e padrão da paleta de cores utilizada por Athos Bulcão, embora o novo painel pareça ter tonalidades mais escuras que o painel original. Tal diferença pode ser atribuída à iluminação diferenciada em virtude da nova localização da obra, entretanto, cabe destacar que o painel original já apresentava certo clareamento das tonalidades por conta do desgaste natural do material (Figuras 9 e 10). A opção de substituir o painel original por uma réplica vai de encontro ao princípio da distinguibilidade e da reversibilidade, visto que a preservação da originalidade e da autenticidade material da obra de arte está condicionada à sua matéria original, evidenciada a partir da manutenção da pátina.



Figura 9: Azulejos antes da intervenção.

Foto: Tuca Reinés. Fonte: Site da Fundathos¹³.



Figura 10: Réplica do painel situado no saguão de recepção rente à fachada sul, em frente às colunas dos elevadores, no 4º pavimento.

Foto: Sérgio Lima/Folhapress. Fonte: Site da Folha de São Paulo¹⁴.

Sobre a inserção da torre externa, cuja adição é justificada para atender critérios de segurança contra incêndio, especificamente, a construção de escada de emergência não seria obrigatória¹⁵. Além disso, o volume desta torre externa está sujeito à ampliação enquanto anexo para servir de área de serviços tais como copas, banheiros, depósitos, etc. O acréscimo da torre de circulação externa altera o esquema de circulação vertical do edifício e interfere no equilíbrio compositivo do ponto de vista da quebra da modulação na fachada pela interrupção da leitura dos intercolúnios e do ponto de vista de alteração do volume prismático

¹¹ Painel de azulejos de 29.35 x 3.40 m, nas cores azul e verde, estampados sobre fundo branco, datados de 1982.

¹² Para aprofundamento sobre o entendimento de cópia, original e suas derivações no campo da História da Arte, consultar a dissertação de mestrado de OLIVEIRA (2013).

¹³ Disponível em: <<http://www.fundathos.org.br/abreGaleria.php?idgal=123>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

¹⁴ Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/774-reabertura-do-palacio-do-planalto#foto-14227>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

¹⁵ Segundo o Decreto nº.21361/2000 que aprova o Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal: “só é obrigatória a construção de escadas de emergência em edificações de caráter não residencial unifamiliar construídas após essa data. Para as demais construções, trata-se de um modelo ideal, mas não obrigatório, a ser implementado se houver condições de segurança estrutural da edificação”.



e puro do Palácio, contrariando a Carta de Veneza que aponta que “Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente”. A inserção da torre de circulação externa altera as relações de volumes e não conserva o esquema da edificação.

A torre externa assume-se como volume contrastante em sua expressão plástica pois, ao ser executada em concreto aparente, estabelece uma relação de contraponto em relação à colunata revestida de mármore branco. Se por um lado tal solução distingue claramente a intervenção através da diferenciação material, por outro lado vai de encontro aos preceitos de restauração postulados por Brandi (2008) que defende que “a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir”. Na prática, a inserção da torre de circulação externa interfere na leitura e percepção do Palácio do Planalto como volume puro, bem como na unidade compositiva tendo em vista que a implantação de um prisma retangular anexo parece competir com o Palácio, pois o anexo não se subordina ao edifício-sede, interferindo na pureza e leveza pretendidas por Niemeyer (Figura 11).

Na concepção desses Palácios preocupou-me também a atmosfera que dariam à Praça dos Três Poderes. Não a pretendia fria e técnica, com a pureza clássica, dura, já esperada das linhas retas. Desejava vê-la ao contrário, plena de formas, sonho e poesia [...] Formas novas que surpreendessem pela sua leveza e liberdade de criação. Formas que não se apoiassem no chão rígidas e estáticas, mas que mantivessem os Palácios como que suspensos, leves e brancos, nas noites sem fim do Planalto. (NIEMEYER apud Processo de Tombamento nº.1550-T-07).



Figura 11: Inserção da torre externa anexa à fachada norte do Palácio do Planalto.
Foto: Élcio Gomes (2011). Fonte: SILVA, 2012, p.551.

Quanto à manutenção do Salão Oval, o posicionamento do IPHAN no Parecer 039/2008 considera que a “sanca de gesso, divisórias e piso elevado constituem uma inserção da década de 1990 que comprometem a unidade compositiva original”, pois a inserção deste ambiente “quebra a lógica espacial onde originalmente estavam o salão leste e o salão oeste”. Entretanto, o posicionamento do IPHAN no Parecer 21/2010 de 19/04/2010 confronta a argumentação inicial, conforme subscrevemos:



A implantação do Salão Oval no início dos anos 90 – com sua grande mesa capaz de viabilizar reuniões ministeriais ou encontros políticos com o Presidente da República – transforma-se num fator programático incorporado ao funcionamento do Palácio, sem prejuízos para os demais valores espaciais e estéticos da concepção de Oscar Niemeyer. A mera manutenção de um espaço vazio onde o Salão Oval foi implantado, pela simples simetria entre salões Leste e Oeste, mostra-se irrelevante, evidenciando um equívoco categórico acerca do conceito do Parecer 039/2008 do IPHAN, acerca da planta livre, denotando falta de atenção para com a transformação do funcionamento do Palácio. Tal visão enuncia um discurso eminentemente conservador sobre um edifício moderno, contribuindo pejorativamente apenas para museificação precoce de um Palácio que é, antes de tudo, um lugar de trabalho.¹⁶

O Parecer 21/2010 argumenta que o restauro deve atentar principalmente para o funcionamento da obra, pois “no processo de intervenção deve ser considerado o *valor de uso* para garantir a permanência de outros valores e atributos do edifício” segundo Brandi (2008). A questão da permanência ou retirada do Salão Oval apresenta argumentações distintas, pois se por um lado a inserção deste elemento vai de encontro à lógica de distribuição espacial do projeto original, por outro lado a inserção do Salão Oval atende as demandas de funcionamento do Palácio desde sua implantação na década de 1990.

O desafio consiste, portanto, em avaliar a proposta de intervenção diante do valor artístico original ou frente à trajetória histórica da edificação, ou seja, de sobrepesar sobre a significação cultural deste elemento no contexto do objeto arquitetônico à luz dos valores, artístico e histórico, atribuídos pelo tombamento. Trata-se de um elemento a ser mantido se considerarmos que a inserção do Salão Oval, projetado por Niemeyer, é anterior ao tombamento isolado da obra em 2007. Entretanto, se considerarmos que o Salão Oval vai de encontro à lógica original é plausível a proposta do Parecer 039/2008 que recomenda que “as atividades que acontecem no salão oval, inclusive todas as instalações e equipamentos” sejam remanejadas para o 3º pavimento do Palácio, “ocupando a área das salas de reunião da presidência”.

Quanto aos revestimentos, a inserção de rasgos, abertura de vãos, supressões e/ou acréscimos de paredes e substituições dos materiais, inclusive de mármore, granito e acabamentos em madeira nos espaços mais nobres, em geral, as modificações são inconstantes e derivadas de mudanças dos usos e costumes, de modo que alteram a disposição e a decoração do Palácio em sua caracterização original e interferem diretamente na unidade estética do bem, sendo necessário ponderar sobre as imposições dos usos *versus* a manutenção da unidade compositiva, conforme discute BRANDI (2008). Vale atentar ainda ao princípio da mínima intervenção e da distinguibilidade, pois a restauração deve respeitar os materiais originais e a autenticidade da pátina, diferenciando as complementações das partes originais. No restauro do patrimônio moderno, entretanto, ressalta-se o desafio posto à Carta de Veneza: “Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história”.

¹⁶ Parecer em resposta ao Ofício MPF/PRDF/APM nº. 118/2010 que trata da Informação Técnica nº 019/2010/4ª CCR; documento constante nas folhas 132-136 o Processo nº. 01551.000527/2008-26 referente à Restauração do Palácio do Planalto constante no Arquivo do IPHAN/DF.



Em função de demandas de segurança, por exemplo, no gabinete da Presidência da República as esquadrias em vidros translúcidos foram substituídas por vidros blindados de tonalidade esverdeada que são facilmente identificados nas fachadas. Tal alteração pode ser considerada uma intervenção que se distingue em relação à esquadria original, entretanto, a tonalidade esverdeada destaca-se desde a Praça dos Três Poderes de modo que interfere na leitura da caixa de vidro, prismática e transparente, comprometendo a unidade estética original (Figuras 12 e 13). Nesse caso, a intervenção não é adequada do ponto de vista da manutenção das características essenciais do bem e dos valores atribuídos pelo tombamento.



Figura 12: Fachada principal antes da obra de restauração.
Fonte: Inventário, 2010, p.50.

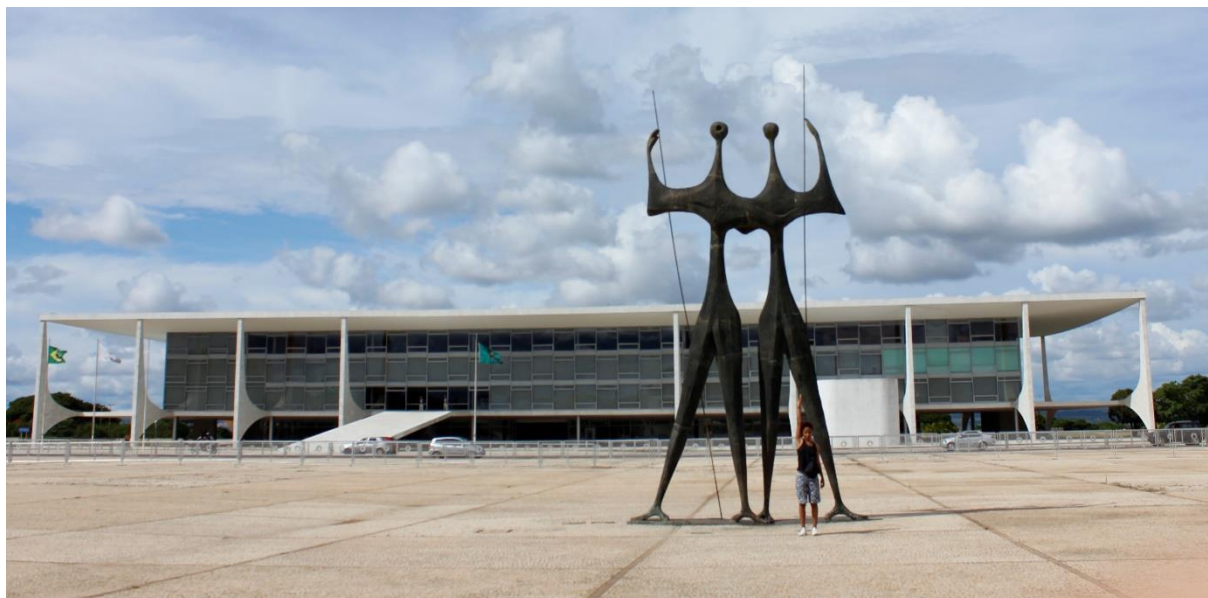


Figura 13: Fachada principal depois da restauração: alterações na transparência e tonalidades diferenciadas das vedações blindadas.
Foto: Alba Bispo (Nov.2012) Fonte: BISPO, 2014, p.138.

Em relação à customização do edifício moderno, algumas alterações de layout são válidas considerando o princípio da planta livre da arquitetura moderna, entretanto, a reforma gera compartimentações em excesso, embora o próprio Niemeyer tenha criticado estas transformações na sua carta. Tal compartimentação espacial diverge dos princípios de leveza, transparência e amplitude espacial, sintetizados por Niemeyer no Palácio do Planalto,



sobretudo no quarto pavimento onde a distribuição dos ambientes era mutável conforme as necessidades de cada governo. Nesse caso, as adaptações internas devem levar em conta o princípio da adequabilidade da intervenção conforme a Carta de Burra: “A adaptação só poderá ser tolerada na medida em que represente o único meio de conservar o bem e não acarrete prejuízo sério a sua significação”. Assim, os limites das modificações internas ou adaptações de uso devem considerar a significação cultural¹⁷, a condição material, a reversibilidade das modificações e o princípio da mínima intervenção.

A inserção de paredes de alvenaria de acordo com novo layout de salas e gabinetes não é compatível com a lógica original de distribuição dos ambientes internos, pois uma vez que as vedações não são removíveis, o layout é fixo de modo que a planta não é flexível a alterações de uso de acordo com as demandas de cada governo. A intervenção limita as possibilidades de alteração de layout ferindo o preceito da planta livre da arquitetura moderna, assim como o princípio da reversibilidade pois a obra “deve ser realizada de tal modo e com tais técnicas e materiais que fique assegurado que, no futuro, não ficará inviabilizada outra eventual intervenção para salvaguarda ou restauração”, segundo a Carta de Restauo de 1972.

Além disso, conforme destaca SILVA (2012), embora modificações de layouts sejam válidas em atenção ao princípio da planta livre da arquitetura moderna, quando se inserem novas paredes em alvenaria, um material não retrátil, é necessário considerar a questão da carga estrutural especialmente quando as lajes possuem papel estrutural e trabalham em conjunto com os apoios, como no caso do Planalto do Planalto (Figura 14). Nesse sentido, destaca-se a avaliação do arquiteto Carlos Magalhães do escritório de Oscar Niemeyer após o término da obra: a “estrutura do prédio foi muito mexida, sobrecarregada e esburacada sem critério”. PÁDUA (2013, p.227) aponta ainda para a “retirada dos revestimentos e de grande parte dos elementos construtivos, tendo sido mantido praticamente apenas a estrutura do edifício. Cabe notar ainda a forma como foi realizada a intervenção, de forma agressiva e sem algum respeito ao bem”.



Figura 14: Demolição dos jardins internos do 4º pavimento: notar lajes do pergolado; supressão da alvenaria e revestimentos, com manutenção apenas de elementos estruturais.
Fonte: PÁDUA, 2013, p.227.

No caso de Brasília, considerando o tombamento urbanístico, aparentemente a maior preocupação é com a leitura externa do edifício em seu contexto urbano, ou seja, com a

¹⁷ Conforme definição da Carta de Burra: “O termo significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras”.



manutenção da volumetria, cobertura e fachadas, especialmente nas obras de autoria de Niemeyer, pois as imagens escultóricas dos palácios são mundialmente e nacionalmente reconhecidas como obras-primas da arquitetura moderna brasileira. Para Pádua (2013, p.199) em intervenções em bens modernos “se observa certo privilégio dado aos aspectos figurativos da obra, sendo relegada a segundo plano a conservação da matéria original e o respeito aos testemunhos históricos do edifício”. Entretanto, para além desta preservação imagética, as questões de arranjo espacial merecem especial atenção, sobretudo em função das demandas de mudanças de usos, customização e segurança em obras de arquitetura moderna representativas de um período histórico e artístico tão singular.

Considerações finais

A intervenção não parte de uma avaliação crítica do estado da obra antes da intervenção ou de um mapeamento de danos, nem de um levantamento histórico detalhado sobre o bem, mas a necessidade de retomar as configurações do projeto original revela-se como a principal preocupação do IPHAN. Nesse caso, fica evidente que os valores artísticos se sobrepõem aos valores históricos de modo que a conservação da edificação como obra de arte estaria condicionada ao retorno da obra às suas feições originais. Por um lado, o entendimento do objeto arquitetônico como obra de arte pressupõe a manutenção das suas características originais, mas não garante a permanência dos materiais originais, uma vez que admite substituições de elementos arquitetônicos, revestimentos e tipos de vedações. Por outro lado, os diferentes posicionamentos técnicos dentro do IPHAN revelam os desafios de atuação da instituição diante das especificidades de uma obra de restauração em um bem moderno.

Quanto às considerações teóricas, em geral, os maiores desafios derivam da falta de distanciamento temporal que interferem na leitura do objeto histórico, bem como da aplicabilidade dos princípios, recomendações e teorias da conservação e restauro do patrimônio frente às especificidades projetuais, tecnológicas e materiais dos exemplares modernos. O caso do Palácio do Planalto ilustra as dificuldades de compreensão da trajetória histórica do edifício, entendido a partir da sua concepção, da sua construção e das modificações admitidas ao longo do tempo, como um fator determinante para compreensão do objeto enquanto obra de arte.

Quanto às considerações técnicas frente às demandas de reforma e restauro, embora o Inventário do Palácio do Planalto e o Processo de Tombamento nº.1550-T-07 apresentem dados relevantes sobre a edificação como obra de arte destacando elementos e características do projeto original, a intervenção não parte de um diagnóstico do estado da obra diante de patologias, degradações e problemas de manutenção dos materiais e técnicas construtivas. Efetivamente, a obra não se configura como restauração, mas como reforma.

Do projeto de restauração à execução da obra, ponderamos que as intervenções satisfazem parcialmente os valores, histórico e artístico, atribuídos pelo tombamento. À luz das teorias de conservação e restauração, preceituadas em cartas patrimoniais, examinamos que parte das intervenções não são vinculadas aos princípios norteadores e elementos originais do objeto enquanto obra de arte e que a intervenção desconsidera certos aspectos projetuais e construtivos enquanto testemunhos da trajetória do edifício.

Numa obra de intervenção num exemplar da arquitetura moderna como o Palácio do Planalto, ainda que entendido a partir da sua condição contemporânea e das necessidades atuais, nem todas as alterações são cabíveis considerando as teorias clássicas de restauro, mas merecem



ser incorporadas aquelas que acentuam os valores atribuídos à obra através do tombamento, de modo que as intervenções propostas sejam compatibilizadas às demandas de uso, cuja pressão e especulação são inconstantes e muitas vezes provocam descaracterizações. Algumas adaptações ou alterações são aceitáveis, à luz dos valores atribuídos ao bem e das características essenciais dos Palácios de Brasília, tais como: substituição de partes faltantes por materiais distintos de modo a promover a distinguibilidade da intervenção; supressão de elementos espúrios que comprometem a unidade estética do objeto arquitetônico moderno, tal como sancas de gesso, rodapés, capitéis, etc., uma vez que as superfícies eram revestidas como um todo, apresentando tratamento puro e uniforme dos elementos de sustentação e dos planos de vedação; alterações de layout com utilização de materiais removíveis em respeito ao princípio da reversibilidade e em atenção à concepção original que prevê a mutabilidade da planta livre, sendo a configuração de layout adaptável às demandas de cada governo; intervenção mínima nos materiais originais, assegurando a manutenção das pátinas em sua autenticidade material.

O caso do Palácio do Planalto apresenta uma síntese dos desafios de atuação do IPHAN na gestão do patrimônio moderno em Brasília: a dificuldade de lidar com a falta de distanciamento temporal diante das necessidades de restauração de um edifício moderno; o desafio institucional de enfrentar dilemas éticos em favor do interesse coletivo, assegurando os valores atribuídos pelo tombamento que se sobrepõem aos direitos de autoria e de propriedade, independente da celebridade, poder ou influência do autor do projeto e/ou do proprietário do bem; o entendimento detalhado dos sistemas e materiais construtivos de cada exemplar tombado, bem como das relações do objeto arquitetônico com o espaço no qual se insere e com o tempo que o condiciona; a necessidade de revisão e complementação constante dos inventários já realizados, uma vez que a documentação funciona como uma ferramenta de gestão respeitável e efetiva, sobretudo para subsidiar posicionamentos técnicos e argumentações teóricas coerentes com as teorias e práticas internacionais de conservação e restauro.

Referências

BISPO, A.N.M. **Dos processos de valoração do patrimônio moderno às práticas de conservação em Brasília: o caso do restauro do Palácio do Planalto**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. 3ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

BRASIL. **Portaria nº.314, de 08 de outubro de 1992**. Para efeito de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Ministério da Cultura / IPHAN, Brasília, DF, 08 out. 1992.

COMAS, C. E.; SANTOS, C. R.; ZEIN, R. V. **Autoridades, emendas, paradoxos e peculiaridades da preservação do patrimônio arquitetônico moderno**. In: Seminário DOCOMOMO N-NE, 2008, Salvador: DOCOMOMO Brasil, 2008. p.1-5. Disponível em: <http://www.docomomobahia.org/Comas_Santos_Zein.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2012.

COMAS, C.E.; ALMEIDA, M. L. **Brasília cinquentenária: a paixão de uma monumentalidade nova**. Vitruvius, 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetos/10.119/3362>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Dec. 10.829, de 14 de outubro de 1987**. Regulamenta o art. 38 da Lei nº.3.751 – preservação da concepção urbanística de Brasília. Diário Oficial do Distrito Federal, GDF, Brasília, DF, 14 out. 1987.



IPHAN. **Inventário do Conjunto da Obra de Athos Bulcão em Brasília 1957-2007**. Inventário de Bens Móveis e Integrados – INMBI – 2009. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal.

IPHAN. **Inventário do Palácio do Planalto**. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG – 2010. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal.

IPHAN. Processo nº.01551.000527/2008-26 - **Restauração do Palácio do Planalto**. Disponível em meio impresso no Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal.

IPHAN. Processo nº.1305-T-90 – **Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília**. Disponível em meio digital no Arquivo da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal.

IPHAN. Processo nº.1550-T-07 - **Tombamento das obras de Oscar Niemeyer**. Disponível em meio impresso no Arquivo do DEPAM na Sede do IPHAN em Brasília.

KUBITSCHKE, J. **Porque construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

KÜHL, B. M. Notas sobre a evolução do conceito de restauração. In: KÜHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. Cotia, SP: Ateliê Editorial: FAPESP: Secretaria da Cultura, 1998. Cap. , p. 179-220.

LEITÃO, F. (org.). **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

LEMOS, C. **Originalidade, autenticidade, identidade, valor documental**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq082/arq082_01.asp>. Acesso em 15 de mai. 2008.

NIEMEYER, O. A imaginação na arquitetura. **Módulo**. Rio de Janeiro, nº 15, p. 6-15, out. 1959.

_____. **Minha Arquitetura**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. **Minha Experiência em Brasília**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

OLIVEIRA, F. C. **Estratégias para a preservação do patrimônio cultural moderno: Athos Bulcão em Brasília (1957-2007)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

_____. **Ressignificações das obras de Athos Bulcão nos espaços de Brasília: entre a obra de arte e o ornamento**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2013.

PADUA, C. D. B. **Arquitetura moderna: um estudo sobre patrimônio e preservação**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2013.

REVISTA BRASÍLIA. Rio de Janeiro: Novacap, v. 2, n. 16, abr. 1958.

SILVA, E. G. **Os palácios originais de Brasília**. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2012.